

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.535, DE 2021

Altera o art. 249 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir a guarda compartilhada no tipo penal de subtração de incapazes, e dá outras providências.

Autor: Deputado MÁRIO HERINGER

Relator: Deputado CHICO D'ANGELO

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.535, de 2021, de iniciativa do nobre Deputado MÁRIO HERINGER, tem por objetivo incluir a guarda compartilhada no tipo penal de subtração de incapazes, previsto no art. 249 do Código Penal.

Outrossim, insere no citado dispositivo uma causa de aumento de pena para a hipótese do menor vir a ser privado de frequentar a escola ou retirado do País à revelia de um dos pais.

Em sua justificação, o Autor, primeiramente, pontua que, de acordo com a legislação em vigor, a subtração de menor somente configura crime quando realizada em desfavor daquele que detém a guarda. E continua dizendo que, ainda que não esteja explícito que se trata exclusivamente de casos de guarda unilateral, assim o tem interpretado tanto a Justiça como o próprio Ministério Público quando acionados por um dos pais que detém a guarda compartilhada e se encontra privado do convívio com o menor por recusa do outro pai.

A proposição em tela foi distribuída para análise e parecer da Comissão de Seguridade Social e Família e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nos termos do que dispõem o artigo 24, II, e o artigo 54

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chico D'Angelo

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD224206261500>



do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, sob regime de tramitação ordinária, sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Compete à Comissão de Seguridade Social e Família se manifestar sobre o mérito da proposição referida nos termos regimentais.

Sobre o crime de subtração de incapazes, o art. 249, § 1º, do Código Penal diz que o genitor só pode ser autor desse delito se destituído, ou temporariamente privado, do pátrio poder, da tutela, da curatela ou da guarda.

Logo, aquele que possui a guarda compartilhada não comete o crime em comento. Isso porque, na época em que o nosso Código Penal fora elaborado, não era prevista essa modalidade de guarda.

Daí o entendimento da doutrina e da jurisprudência no sentido de que quem tem a guarda não pode cometer esse crime, tendo em vista o Princípio da Legalidade Estrita que norteia o Direito Penal Brasileiro.

No entanto, é importante consignar que essa lacuna legislativa vem permitindo que os casos em que um dos genitores priva o outro do convívio com seu filho fiquem sem punição. E impede, inclusive, que se proceda à extradição desse genitor, em situação configuradora de sequestro internacional de criança.

Conforme sustentado pelo autor do projeto em debate, o legislador civil, ao estabelecer a guarda compartilhada, entendeu necessária a convivência de forma equilibrada dos filhos com ambos os pais, “sempre tendo em vista as condições fáticas e os interesses dos filhos” (art. 1583, § 2º, do Código Civil).

Assim, entendemos imprescindível a modificação legislativa que ora se pretende, revelando-se, portanto, conveniente e oportuna a proposição em epígrafe.



Cumpre salientar, por oportuno, que o PL 3535/2021 apresenta algumas imperfeições no tocante à técnica legislativa, porém tais correções deverão ser realizadas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Diante do exposto, vota-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.535, de 2021.

Sala da Comissão, em 03 de maio de 2022.



Deputado CHICO D'ANGELO
Relator

